

Formação econômica regional: primeiros tempos

LUCAS CAREGNATO¹
LORAINÉ SLOMP GIRON²

RESUMO

A economia no Rio Grande do Sul, antes do processo de imigração italiana, ocorrida após 1875, a organização e o povoamento das colônias Caxias, Conde D'eu e Dona Isabel são objeto desta comunicação. Após a ocupação das terras, o comércio de produtos coloniais desenvolveu economicamente a região. O artesanato e a acumulação de capital, a partir do comércio, incentivam a produção industrial. As fontes utilizadas foram as existentes, nas coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul, do CEDOC, as da Biblioteca Municipal de Caxias do Sul e os documentos dos arquivos históricos das cidades da região e ainda os do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: imigração italiana, economia regional.

ABSTRACT

This paperwork analyzes Rio Grande do Sul economy before and during the Italian immigration process, begun in 1875 due to the organization and the populate/colonize process of the villages in Caxias, Conde D'Eu and Dona Isabel. The trade of home made and homegrown products develops the region economically, while the craftwork and the increasing capital encourage the industrial production. Annual publications and special collections from the Universidade de Caxias do Sul, CEDOC and the city public library were

¹ Aluno do Curso de História/UCS. Bolsista CNPq.

² Professora – Orientadora do Curso de História/UCS
(loraines@terra.com.br)

researched, as well as the historical files from the cities of the northeast region and the Public Historical Files (Arquivo Histórico) of Rio Grande do Sul.

Key-words: *italian immigration, local economy.*

INTRODUÇÃO

Esta comunicação trata da situação da economia no Rio Grande do Sul antes do processo de imigração italiana, ocorrida após 1875, que parte da organização das colônias Caxias, Conde D'eu e Dona Isabel e de seu povoamento. A formação econômica regional tem início com o comércio, iniciado logo após a ocupação das terras destinadas à colonização. Foi o comércio de produtos coloniais responsável pela formação e pelo crescimento da economia da região. O estudo da formação econômica da antiga Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul tem como objetivos determinar a inserção regional, tanto na economia gaúcha quanto na nacional; entender a economia regional, sob o ponto de vista histórico, ampliando os horizontes do conhecimento histórico, e possibilitar o entendimento dessa realidade sócio econômica.

Em relação à economia regional, a historiografia é restrita. Sobre a economia regional merecem destaque os trabalhos e a obra de Pesavento (1979), sobre a economia gaúcha na Primeira República, e a industrialização do Rio Grande do Sul, (PESAVENTO, 1985), que são fundamentais para o entendimento do processo histórico regional.

Há algumas pesquisas de caráter setorial, como o da industrialização regional. Podem ser citadas as pesquisas de Lazzarotto (1981) sobre os operários da metalúrgica Abramo Eberle e de Herédia (1997), que trata da indústria têxtil. E, ainda, o trabalho sobre formação econômica regional de

Giron & Bergamaschi (2001). Existem ainda os álbuns comemorativos do cinquentenário dos setenta e cinco anos (1975), do centenário e dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que trazem contribuições fundamentais para o estudo da economia regional.

Existem ainda depoimentos recolhidos pelo Arquivo Municipal João Spadari Adami e por Costa na década de 80, na obra *Assim vivem os italianos*. E dados importantes para o entendimento da economia constam no trabalho de Gardelin (1978) sobre a Câmara de Indústria e Comércio.

Se os trabalhos sobre a economia regional são poucos, o mesmo não ocorre com a historiografia sobre imigração italiana, que é vastíssima, como pode ser observado na bibliografia do projeto.

Existe um acervo considerável sobre a imigração européia no Sul do Brasil. Tais obras, entretanto, caracterizam-se pela análise local e, de outro lado, pela influência da análise estruturada sob o olhar das disciplinas. Há grande número de obras elaboradas por estrangeiros que estudaram a região, com um natural estranhamento, no sentido de não reconhecerem totalmente o objeto de estudo e transferirem parte de sua análise para o fato de serem italianos os povoadores da região. Há também um grande número de obras, elaboradas por pesquisadores nacionais, que utilizam modelos externos para analisar a região. É lógico que o resultado, tanto por parte de um grupo quanto de outro, faz com que haja em ambos os casos o

distanciamento histórico, dos fundamentos da realidade socioeconômica e política da região.

As fontes primárias sobre a economia regional são numerosas. Algumas das fontes primárias para o estudo do comércio encontram-se no Arquivo Municipal de Caxias do Sul, de Bento Gonçalves e Garibaldi, nos quais há livros de registros de indústrias e profissões, mapas estatísticos e farto material documental de antigas indústrias.

Em relação ao método, a pesquisa partiu da hipótese de que o capital se acumulou nas mãos dos comerciantes urbanos e que o lucro auferido com a exportação dos produtos colônias foi aplicado na industrialização regional. O processo histórico da acumulação primitiva do capital é o fio condutor da análise proposta.

O método utilizado na pesquisa foi o histórico-estrutural, que parte da infra-estrutura para a superestrutura, da acumulação do capital aos antagonismos sociais e seus desdobramentos políticos. A abordagem estrutural-histórica permite a análise do processo de transformações socioeconômicas e políticas da sociedade regional e dos antagonismos gerados pela concentração de capital.

A sociedade regional formada por imigrantes europeus, que se tornam pequenos proprietários e produtores rurais, pareceria uma sociedade utópica de iguais, que estava inserida na sociedade escravista brasileira. A formação das classes sociais na região se deu a partir da acumulação do capital comercial e da utilização de técnicas avançadas para a época, permitindo a industrialização regional anacrônica em relação ao restante do Brasil. Foram os comerciantes a matriz desta industrialização.

A industrialização e a formação de uma burguesia regional possibilitou sua ascensão política, tendo seus representantes políticos chegado ao Executivo estadual, a partir da segunda década do século XX. Observa-se que a maior parte dos governadores da segunda década do século XX vieram de estratos imigrantes. Nomes como: Leonel Brizola, Ildo Meneghetti, Euclides Triches, Pedro Simon e Germano Rigotto revelam essas lideranças. Borges de Medeiros já havia alertado para o perigo representado pelos "gringos" italianos, julgava ele que quando tomassem o Piratini jamais dele se afastariam

O RIO GRANDE ANTES DE 1875

Em 1873, nas vésperas do início da imigração, Macedo (1873) publicou um texto sobre a formação da Província; nela já existiam algumas cidades importantes como: Porto Alegre, capital da Província - possuía indústrias e fábricas bem montadas; belos edifícios como o Liceu, o palácio do governo, o paço da Assembléia, a igreja Nossa Senhora das Dores, um teatro, a igreja gótica do Menino Deus, uma casa de caridade, e o Arsenal de Guerra e Alfândega. Essa cidade tinha então as ruas bem traçadas e grande importância mercantil.

Na cidade de Rio Grande, o porto passara por melhorias, era o primeiro entreposto comercial da Província e de suas relações comerciais com o estrangeiro. Possuía ainda uma alfândega e bons edifícios. Pelotas, situada na Lagoa dos Patos, contava com uma linha diária de vapores, que a ligavam a Rio Grande, sendo uma das principais povoações da Província. Destacava-se ainda Jaguarão, assentada na fronteira com Artigas;

Bagé, na fronteira com o Uruguai; Alegrete, na margem esquerda do Ibirapuitã; São Gabriel, no rio Vacacaí, São Leopoldo, cidade moderna na margem do rio dos Sinos e Rio Pardo e Cachoeira, situadas nas margens do rio Jacuí. Caçapava, alcantilada sobre uma elevação, era a mais estratégica da Província; Uruguaiana, na margem do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina e ainda São Borja, no rio Uruguai, além de São José do Norte, no canal de Rio Grande. As cidades eram pequenas, apesar de algumas serem centenárias, consideradas pelo autor modernas e progressistas (MACEDO, 1873).

As cidades estavam situadas nas proximidades de rios navegáveis, e duas delas: Rio Grande e Porto Alegre, constituíam passagem obrigatória dos imigrantes que chegavam em levadas a partir de 1875. Naquela época, a população do Rio Grande do Sul era de 440 mil habitantes, sendo composta por 360 mil homens livres e 80 mil escravos.

Na Província, havia algumas colônias no vale dos Sinos e em Pelotas, e ainda a colônia militar de Caseros, fundada em 1859, e cerca de 690 índios localizados em Nonoai, Passo Fundo e Cruz Alta. A representação provincial era de três senadores, seis deputados na Assembléia Federal, e de trinta deputados na Assembléia Provincial. Havia então 39.671 eleitores votantes (MACEDO, 1873).

A força pública era composta por 17 comandantes e cinco batalhões, possuindo 1833 guardas da Guarda Nacional, com dois batalhões de infantaria e um de cavalaria. Contava com um corpo policial de 356 praças da ativa e 10 da reserva, totalizando uma força de 23 mil homens.

A instrução pública na Província era composta por 156 aulas primárias do sexo masculi-

no, com 4.715 alunos e 90 do sexo feminino, com 2.878 alunas. Já a instrução secundária contava com três aulas masculinas, com 47 alunos e três femininas, com 97 alunas, destacando-se o Liceu Riograndenses e a Escola Normal.

A economia provincial poderia se "igualar em quantidade e exceder em variedade as produções mais ricas do império; porque seu solo fertilíssimo se presta admiravelmente ao cultivo de todas as plantas que a lavoura explora em outras províncias" (MACEDO, 1873, p.14). A agricultura, entretanto, era pequena na campanha, mas que "floresce com os habitantes das serras, pelo vivificante concurso da colonização". Eram plantadas: cana-de-açúcar, cevada, centeio, batatas, algodão, cânhamo e fumo e frutos nativos, mas o que ocupava parte da população é a criação de gado em estâncias e charqueadas. A carne em charque, os couros e os derivados do gado constituíam os principais produtos de exportação.

A riqueza mineral era o carvão, explorado por companhia inglesa no Arroio dos Ratos e por outra em Candiota. Havia ainda minas de sulfato de cobre em Quaraí.

Possuía também fábricas de vinho tinto e branco nas colônias; diversos de aguardente, de sabão, de rapé, de charutos, de tecidos, e entre outras. Na época, estavam sendo construídas por companhias estrangeiras estradas de ferro ligando Rio Grande à Candiota, Porto Alegre a Santa Catarina e Hamburger Berg. Contava ainda com vários bancos entre eles o inglês e o italiano (MACEDO, 1873).

Segundo Varela (1897) o início da indústria fabril rio-grandense deu-se em 1794, com as charqueadas. A ferrugem, porém, destruiu a

produção de trigo, empobrecendo as colheitas. A procura de carnes no Norte do Brasil, pela diminuição do gado no Ceará, deu lugar a que a iniciativa rio-grandense aproveitasse a crise agrícola e passando-se a dedicar-se à fabricação de carne-seca. Logo as charqueadas passaram a produzir em larga escala.

A exportação gaúcha em 1816 era de 24.878.243 Kg. Em 1838, em plena Guerra dos Farrapos (1835-1845), ocorreu uma redução nas exportações, baixando para 2.310.815 Kg. A Revolução Farroupilha, ao que tudo indica, atrasou a economia regional. A volta às cifras de 1816 ocorre apenas em 1850. Entre 1857 e 1864, a indústria das charqueadas provincial sofreu com a entrada no País do charque uruguaio e argentino, de melhor qualidade e com preços menores, devido à tecnologia usada e a mão-de-obra livre. A exportação do charque só voltou a subir com a Proclamação da República. Antes da chegada dos imigrantes alemães, segundo Carneiro (1986) havia poucos curtumes. Havia:

"[...] um estabelecimento localizado na estância de José Egydio, Barão de Santo Amaro, nas proximidades de Porto Alegre, por volta de 1820, e o relato feito na época dava conta apenas de um técnico francês, o "Sr. Gavet, antigo curtidor em Paris" „(...) Já na *Revista do Archivo Publico*, nº 8, de 1922, citavam-se "operários franceses", que trabalhavam sob a orientação do Sr. Gavet. O mais certo é que sob as ordens de operários especializados franceses, trabalhassem escravos de propriedade do dono do curtume." (CARNEIRO, 1986, p.).

Com a abolição da escravatura, a indústria, usando o trabalho livre, cresceu, sendo a prin-

cipal a dos calçados, com três fábricas em Porto Alegre e uma em Pelotas. Havia ainda calçados feitos sob medida, em pequenas oficinas. Existiam 21 curtumes em Pelotas e seis na capital; porém, a ação de Silveira Martins, taxando os produtos inviabilizou o empreendimento, que só voltou a crescer com a República (VARELA, 1987). Os couros exportados atingiram 38 mil toneladas, nos anos de 1885-86, baixando para 11.097 em média nos anos seguintes. Com a República, passou-se a produzir lombilhos, que antes eram importados. A partir de 1890, foi iniciada a indústria da selaria, com a fabricação de arreios e de selins e em 1892, começou sua exportação. Eram exportados, também: graxa, cabelos, chifres, couros, ossos e unha e, mais, a partir de 1856, óleo de mocotó e azeite de égua (VARELA, 1897).

Em 1890, havia no estado uma fábrica de tecidos de algodão e de aniação. Em Porto Alegre, funcionava a fábrica de Fiação e Tecidos com modernas máquinas e a Fabril Portoalegrense, que tecia meias e camisetas. Na mesma época, aparecem centenas de marcenarias que produzem móveis finos, com máquinas modernas. Havia ainda duas fábricas de vidro, uma em Porto Alegre e outra em Pelotas.

Após 1884, fábricas de banha de porco passaram a exportar para o restante do Brasil; em 1890, foram exportados cerca de 2 milhões de quilos. Existiam ainda fábricas de chapéus de feltro de copa mole; já os de montar eram feitos em chapelarias de "sela", chamados cartola, eram armados em chapelarias com telas vindas da Europa (VARELA, 1897).

O consumo de cerveja importada reduzia-se em função da existência das novas fábricas nacionais. Em Porto Alegre, havia nove cervejari-

as, entre as quais a Chistofel & Cia., Becker & Ciacomio. Em Pelotas, havia oito, entre elas a de Carlos Ritter & Irmão. E “fabrica-se ainda esta bebida com especialidade na região colonial” (VARELA, 1897, p. 276). O vinho era fabricado em Jaguarão, Bom Jardim e nas colônias de Santa Maria, Pelotas e na ilha dos Marinheiros. Em Porto Alegre, havia três fábricas de vinho artificial, cinco de água gasosa, além de uma de vinho natural, duas de artificial em Pelotas, e três de licores e gasosas (VARELA, 1897).

Havia, inclusive, alguns laboratórios farmacêuticos em Rio Grande, como a Companhia Pharmaceutica e Industrial e o Laboratório Homeopático Souza Soares de Pelotas, o mais popular do Brasil. Em Porto Alegre, havia o Leal & Daudt e o de Landell de Moura e o Pasqzier. Exportaram entre 1885-1886 19 mil vidros, chegando a 58 mil em 1889. O estado carecia de fábricas de queijos e de manteiga, apesar do bom queijo serrano feito pelas senhoras (VARELA, 1897, p. 276).

Segundo a mesma fonte havia, ainda as seguintes fábricas:

De gravatas; de beneficiar arroz; de bolachas e bolachinhas, de fundir ferro e cobre; de cofres de ferro; de luvas (duas) e de camisas (duas); de escovas e vassouras (duas); de beneficiar erva mate, de manteiga, situadas em porto Alegre; de cartonagem em Porto Alegre e Rio Grande e Pelotas ; de barbatanas e botões Porto Alegre e Rio Grande; de louça de barro, uma em Porto Alegre, outra em São Leopoldo e três em Pelotas; de malas, cinco na capital e cinco em Pelotas; de beneficiar fumos, duas na capital e cinco em Pelotas; de gelo, duas em Porto Alegre, uma em Rio Grande.” (VARELA, 1897, p. 276).

VARELA (1897) não apresenta dados sobre a produção das colônias “serranas”, nenhuma das fábricas regionais são citadas e havia muitas. Mas, com a chegada de mais de 60 mil europeus entre os quais havia muitos artesãos, a situação da Província mudou.

A IMIGRAÇÃO E A ECONOMIA

A formação econômica regional teve início em 1875 com a organização e o povoamento das Colônias Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel. A região foi povoada por imigrantes europeus, italianos em sua maioria trazidos para o Brasil, de acordo com a política de terras da Lei 601 de 1850. O sistema de terras instalado foi o de glebas contínuas, cujo módulo médio compreendia de 25 a 35 hectares. Cerca de 5 mil famílias de colonos foram estabelecidas nas 32 léguas em quadro das colônias: Caxias (2.700 lotes); Dona Isabel e Conde D’Eu (5 mil lotes) Os lotes foram rapidamente vendidos, e a ocupação das terras se deu em uma década. As terras ocupadas logo produzem culturas temporárias em um ano, e culturas permanentes em cerca de três. A produção agrícola, na pequena propriedade e com o trabalho familiar, possibilitou não só a sobrevivência do grupo como excedente da produção para o mercado.

As colônias atraíram comerciantes de outras regiões do Rio Grande do Sul, pois a vinda de milhares de imigrantes garantia o consumo por gêneros alimentícios. Contratos firmados entre o governo e os comerciantes previam a troca dos vales, fornecidos pelo governo aos colonos. Os comerciantes contratados deveriam fornecer os produtos necessários à alimentação dos imigran-

tes. O comércio na colônia começou com chegada dos primeiros imigrantes em 1875, sendo após incrementado com a venda de produtos coloniais, visando abastecer o mercado provincial.

O sucesso da ocupação das terras postas à venda nas colônias fez com que o governo abrisse novas frentes de colonização, ultrapassando o rio das Antas. Na sua margem esquerda, é demarcada a colônia Antônio Prado e a seguir Alfredo Chaves. Nas duas colônias, mais de 5 mil lotes foram postos a venda. O comércio das terras devolutas postas à venda movimentou grande capital. O mercado das terras foi a primeira forma de acumulação de capital na região. Muitos colonos compravam lotes para reserva e, mais tarde, organizaram uma centena de companhias de colonização. O capital proveniente do comércio das terras, na maior parte, foi reuplicado na terra (GIRON, 1990).

Nos núcleos coloniais, o artesanato e as manufaturas foram criados para suprir as necessidades básicas dos colonos. Logo surgem: selarias, ferrarias, funilarias, olarias, entre outras, precursoras da industrialização.

Com a emancipação das colônias, a organização da economia regional se tornou complexa. Em 1884, a Colônia Caxias é emancipada, tornando-se o 5º Distrito de São Sebastião do Caí, e, em 1890, torna-se município autônomo. Dona Isabel torna-se distrito de Montenegro e se emancipa em 1890, como Bento Gonçalves, levando como distrito a antiga Conde D'Eu. Em 1899, com a emancipação de Alfredo Chaves, conclui-se a fase colonial da região. Em 1900, Garibaldi se emancipou de Bento Gonçalves. Uma série de municípios foram criados a partir das antigas colônias.

Na formação histórica regional, é possível estabelecer a existência de quatro períodos baseados em critérios da organização das classes produtoras regionais e de sua produção industrial.

No período inicial, que vai de 1875 a 1901, a economia regional se organiza, e os comerciantes passam a dominar a política, além da economia; é criada a Associação dos Comerciantes, uma das mais antigas do País.

O segundo período vai de 1901 a 1954, quando os comerciantes cedem lugar aos industriais na condução da economia regional, criando o Centro de Indústria Fabril; para a defesa dos interesses da classe.

No terceiro período, que vai de 1954 até 1989, ocorre um novo ordenamento econômico, com a expansão da produção e da mão-de-obra e com o surgimento de significativas inovações tecnológicas. O comércio, por sua vez, adapta-se à nova conjuntura, criando em 1965 um órgão representativo, a Câmara de Dirigentes Lojistas, (CDL) e um sindicato, o Sindilojas. Esse período é marcado pela hegemonia da indústria e de seus representantes.

O quarto período, que começa em 1989, corresponde ao da reordenação econômica mundial e tem seus reflexos na região, recuperando setores tradicionais, mesmo que modernizados, caracterizando-se como o período dos serviços.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS NO TRABALHO

Esta parte do trabalho, ainda em execução se refere às relações interétnicas no trabalho. A análise das fotografias das atividades econômi-

cas regionais revela, de forma inequívoca, que desde os primeiros tempos, após a Abolição da Escravatura no Rio Grande do Sul, em 1884, negros e brancos imigrantes trabalharam lado a lado. A presença negra é importante na condução das tropas e no transporte com mulas.

A partir da inauguração da estrada de ferro que liga a região à Capital do estado, há um número crescente de negros que vêm à região em busca de emprego e melhores condições, e acabam se somando aos que já estavam aqui. Porém com o processo de industrialização não dá conta dessa mão-de-obra excedente, fazendo que fosse destinados aos negros os postos de trabalho que exigissem maior esforço físico, como é o caso da fundição nas metalúrgicas.

Com a industrialização, as diferenças entre brancos e negros tornam-se evidentes, sendo os brancos, descendentes de imigrantes italianos, donos do capital, cabendo aos negros submeterem a única "posse" que possuíam, sua mão-de-obra, para que pudessem se inserir nesse processo.

Paulatinamente, o excedente de mão de obra desses negros acaba gerando os primeiros bolsões de pobreza, restando aos negros desempregados esses lugares para viver.

RESULTADOS PRELIMINARES

Até o presente, além do levantamento de dados, foi possível periodizar a formação histórico regional, estabelecendo quatro períodos baseados em critérios da organização das classes produtoras regionais e de sua produção industrial. Foi possível estabelecer a seguinte periodização: Primeiros Tem-

pos (1875-1899); Surge a Burguesia (1900-1930); Avanço da Indústria (1930-1945); Nova Ordem (1946-1964); Região e Globalização (1965-). Para a elaboração da pesquisa, foram utilizadas fontes documentais, tanto oficiais quanto particulares, especialmente entrevistas com empresários. Foram usadas ainda fontes secundárias de periódicos, jornais e revistas, e os anúncios comerciais de cada época, bem como coletadas fotografias em empresas e com empresários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível ignorar que, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, tem-se o caso único de uma acumulação originária do capital, que se processa não a partir da economia de plantagem escravista, porém, a partir da economia de pequenos camponeses e artesãos livre, estabelecidos nas zonas de colonização alemã e italiana (GORENDER, 1985). Tal forma de economia resultou da colonização e da imigração.

Os imigrantes italianos não estavam isolados num mundo à parte, mas inseridos em uma sociedade que tinha sua própria formação econômica, e de classes, que marcava as relações entre imigrantes e brasileiros, ricos e pobres, brancos e negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Ligia Gomes. **Trabalhando o couro** : do serigote ao calçado 'made in Brazil'. Porto Alegre: L&PM, 1986.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. **Assim vivem os italianos**: vida, história, can-

tos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982. v. 1.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. **Assim vivem os italianos**: religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983. v. 2.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. **Assim vivem os italianos**: a vida italiana em fotografia. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983. v. 3.

GARDELIN, Mário. **Para a história da CIC**. Caxias do Sul: CIC, 1978.

GIRON, Loraine Slomp . As companhias de colonização e a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luís A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST / Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa D. Eberle. **Casas de negócio**: formação econômica regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evo-

lução histórica. Caxias do Sul: UCS/ EST, 1977.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HERÉDIA, Vania Merlotti. **A industrialização colonial** - a indústria têxtil. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres construtores de riqueza**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

MACEDO, Joaquim M. de. **Corografia do Brasil**. Rio de Janeiro: 1873

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-riograndense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius Porto (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VARELA, Alfredo. **Riogrande do Sul** : descrição física, histórica e econômica. Pelotas/ Porto Alegre: Livraria Universal ,1897. v. 1.